

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal
9912271704-DR/PR
SENAR**

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1220 - 10/06/2013 a 16/06/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

INVASÕES INDÍGENAS

PELO DIREITO DE PROPRIEDADE

CONTRAN

Exigência de placas
para máquinas

PAP

Plano privilegia
armazenagem

OIE

Comitiva do PR
em Paris

Aos Leitores



A vasta maioria do povo brasileiro deseja trabalhar, ganhar seu sustento, manter suas famílias, mesmo convivendo com a escalada da inflação nos supermercados e o caos de serviços de saúde e educação. Quem ara, planta e colhe, olha com profundo desânimo as promessas não cumpridas de uma infraestrutura para o país que se traduz em obras sem planejamento, e por consequência paralisadas. Ou ainda em estradas em petição de miséria, portos e ferrovias obsoletos.

E há uma minoria que comanda e que aparelhou praticamente todos os órgãos do governo, tomando decisões não na defesa do cidadão ou das questões de Estado, mas por uma ideologia decadente e retrógrada. Seus frutos brotam principalmente na economia que afunda na Argentina e na Venezuela.

Há um grande contrasenso. A presidente da República convoca o cardinalato da política brasileira e lança um Plano Agropecuário para 2013/2014, que atende as principais reivindicações dos produtores rurais.

Isso ocorre ao mesmo tempo com a violência das invasões de propriedades rurais, que ameaçam se multiplicar pelo país.

O que deseja o Palácio do Planalto? A “Ordem e o Progresso” ou o desrespeito ao direito constitucional de propriedade?

Dia 14, no Mato Grosso Sul, ocorre uma grande mobilização de produtores que buscam Justiça. Onde ela impera há espaço para todos.

Índice

Nota FAEP	03
Relatório FAO	04
Ações FAEP	06
Normas para máquinas	07
Zoneamento do café	08
Lançamento do PAP	12
Fórum da OIE	16
Capa	18
Notas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Eliezer José da Silva, Arquivo FAEP, Fernando Santos e Divulgação

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

Ações ambientais indevidas estão sendo propostas por ONGs

Advogados de organizações não governamentais (ONGs) estão propondo ações civis públicas que obrigam os produtores a recompor a reserva legal em suas propriedades ou determinando que eles assinem termos de ajustamento de conduta para a recomposição dessas áreas.

Inclusive, a ONG que está propondo o maior número de ações é a Associação de Estudos e de Defesa do Contribuinte (ADEC), cujo CNPJ está baixado junto à Receita Federal desde 2008, o que significa sua inaptidão para a propositura de qualquer medida judicial.

Tais ações são extemporâneas, uma vez que o novo Código Florestal trouxe modificações substanciais nas exigências para o cumprimento das normas ambientais, eliminando a obrigatoriedade de averbação da reserva legal na matrícula do imóvel.

Em primeiro lugar, o proprietário rural terá que preencher o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e esperar que a autoridade ambiental verifique se sua propriedade está de acordo ou não com os preceitos do novo Código Florestal (12.651 de 25/05/2012). Só então terá que cumprir as determinações estabelecidas no Programa de Regularização Ambiental (PRA). Após as determinações da autoridade ambiental é que o produtor terá que firmar um termo de compromisso com a própria autoridade ambiental de que vai recompor sua propriedade com as áreas de preservação permanente e reserva legal, também se for o caso.

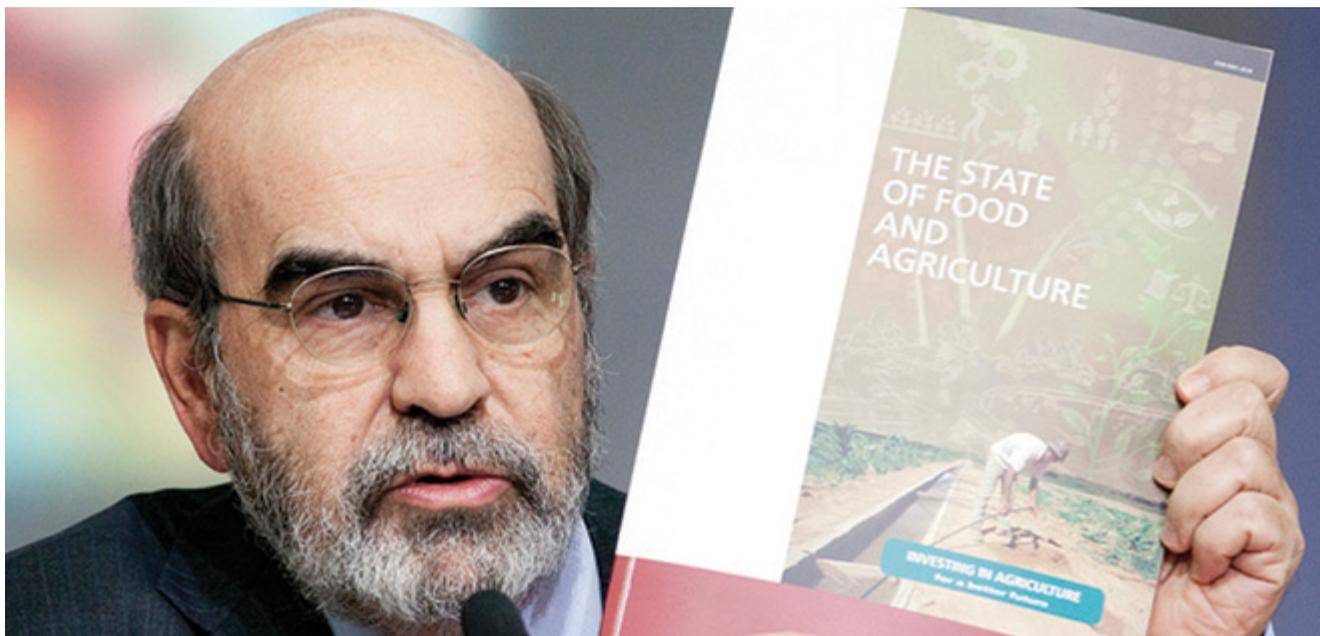
Além do mais, para quase todos os estados brasileiros, incluindo o Paraná, o CAR ainda será disponibilizado baseado em uma Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente regulamentando a sua aplicação. E um decreto da presidência da República regulamentando o PRA deverá ser assinado.

Se o produtor rural for intimado a responder alguma ação obrigando-o a recompor a reserva legal, recomendamos que procure um advogado e o seu sindicato rural, que lhe dará orientação a respeito da defesa.

Curitiba, 10 de junho de 2013

FAO pede o fim da desnutrição

Relatório aponta que a má alimentação traz prejuízos socioeconômicos



José Graziano apresenta o relatório Sofa sobre desnutrição

Na semana passada, a FAO fez o lançamento do relatório “O estado da alimentação e da agricultura 2013” (Sofa em inglês) e apontou os enormes custos sociais e econômicos provocados pela desnutrição das pessoas. Segundo a organização, o custo para a economia global em termos de perda de produtividade e de cuidados de saúde é “inaceitavelmente elevado” e poderá representar cerca de 3,5 trilhões de dólares, ou seja, 500 dólares por cada indivíduo existente no planeta – um valor que é quase a totalidade do PIB anual da Alemanha, a maior economia da Europa.

Diante desse quadro, o brasileiro e diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, pediu esforços concretos para a erradicação da desnutrição e da fome em todo o mundo. Ele avaliou que, apesar de ter havido alguns progressos no que diz respeito à fome no mundo, que é uma das formas de desnutrição, há ainda um longo caminho pela frente. “A mensagem da FAO é a de que temos lutar por nada menos do que a erradicação da fome e da desnutrição”, afirmou.

O Sofa destaca que, embora cerca de 870 milhões de pessoas em todo o mundo ainda estivessem numa situação de fome crônica entre 2010 e 2012, este número é apenas uma fração dos milhares de milhões de pessoas cuja saúde, bem-estar e vidas são afetados pela desnutrição. O relatório estima que 2 bilhões de pessoas sofrem de uma ou mais deficiências de micronutrientes, enquanto 1,4 bilhão tem excesso de peso, das quais 500 milhões são obesas. Vinte e seis por cento das crianças com menos de cinco anos têm atrasos no crescimento e 31 por cento sofre de carência de Vitamina A.

Para combater a desnutrição, o Sofa defende que uma alimentação saudável e uma boa nutrição devem começar pelos alimentos e a agricultura. O relatório refere-se ao desperdício (veja infográfico) e chama atenção para a forma de como cultivamos, processamos, transportamos e distribuimos os alimentos influencia aquilo que ingerimos, observando que melhores sistemas alimentares podem tornar os alimentos mais baratos, diversificados e nutritivos.

Recomendações

Para combater o quadro de desnutrição que se espalha por todos os continentes, a FAO faz as seguintes recomendações:

- Políticas agrícolas, investimento e pesquisa adequados para aumentar a produtividade, não só de grãos essenciais como o milho, o arroz e o trigo, mas também de legumes, carne, leite, vegetais e frutas, que são ricos em nutrientes.
- Reduzir as perdas e desperdícios de alimentos, que correspondem anualmente a um terço dos alimentos produzidos para consumo humano. Isso pode contribuir para uma maior disponibilidade e acessibilidade econômica dos alimentos, bem como para reduzir a pressão colocada na terra e noutros recursos.
- Melhorar o desempenho nutricional das cadeias de abastecimento, aumentando a disponibilidade e acessibilidade de uma ampla variedade de alimentos. Sistemas alimentares devidamente organizados são essenciais para dietas mais diversificadas e saudáveis.
- Ajudar os consumidores a fazerem boas escolhas dietéticas no sentido de uma melhor nutrição através da educação, informação e de outras ações.
- Melhorar a qualidade nutricional dos alimentos através do seu enriquecimento e reformulação.
- Tornar os sistemas alimentares mais sensíveis às

necessidades das mães e das crianças. A desnutrição durante os “primeiros 1000 dias” críticos após a concepção pode causar danos permanentes na saúde das mulheres e deficiências físicas e cognitivas ao longo da vida das crianças.

O papel das mulheres

O papel das mulheres é também destacado no Sofa, já que elas podem fazer um maior controle dos recursos alimentares a fim de beneficiar a própria saúde e a dos seus filhos. As políticas, intervenções e investimentos em tecnologias agrícolas economizadoras de mão de obra e em infraestruturas rurais, bem como a proteção e serviços sociais também podem contribuir grandemente para a saúde e nutrição das suas famílias.

Entre os projetos que produziram resultados positivos no aumento da nutrição incluem-se a produção, comercialização e consumo melhorados de vegetais e leguminosas na África Oriental, a promoção de hortas na África Ocidental, o encorajamento de sistemas mistos de cultivo de vegetais e criação de animais, juntamente com atividades geradoras de rendimento nalguns países asiáticos, culturas básicas de reprodução, como a batata doce para aumentar o seu conteúdo de micronutrientes, e parcerias público-privadas para enriquecer com nutrientes produtos como o iogurte ou o óleo de cozinha.

NO BRASIL

ONDE ESTÁ O DESPERDÍCIO:

ONDE ESTÁ O DESPERDÍCIO?

DADOS DO INSTITUTO AKATU MOSTRAM QUE 64% DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS NO BRASIL SÃO DESPERDIÇADOS



Ações da FAEP

Apoio na comercialização do milho e do café é reinvidicado junto ao governo

A safra brasileira de milho em 2012/13 deve totalizar a produção de 78 milhões de toneladas no Paraná, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso representa 24% da safra nacional (18,7 milhões de toneladas), com recuperação de 10,7% na produtividade em comparação a safra passada. A 1ª safra paranaense, já colhida, segue com percentual de comercialização de 60% do total da produção, com início também da comercialização da 2ª safra.

O custo operacional de produção, calculado pela Conab, é de R\$ 20,41 por saca para a 2ª safra no Paraná, com aumento de 13% em relação à 1ª safra. Os preços médios mensais recebidos pelos produtores não estão cobrindo o custo de produção e seguem em desvalorização. O preço médio para abril encerrou com valor de R\$ 19,50 por saca, conforme dados da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab). Considerando também a situação internacional, que aponta inicialmente apenas para o atraso no plantio de milho nos Estados Unidos, os preços devem seguir em desvalorização.

Diante da importância fundamental dessa safra paranaense para a economia do estado e do País, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ofício aos ministérios da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, solicitando apoio aos produtores paranaenses de milho, com as seguintes medidas:

- **1)** Recursos na ordem de R\$200 milhões no apoio à comercialização de milho por meio de Contratos de Opção de Venda, com preço de exercício de R\$ 19,74 por saca.
- **2)** Liberação de recursos para os contratos “a termo” para aquisição de 300 mil toneladas de milho – modalidade em que o produtor é obrigado a entregar o milho nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
- **3)** Realização de leilões de Prêmio para Escoamento do Produto (PEP).

O presidente da FAEP lembra que “sem o apoio imediato, o produto será comercializado abaixo do custo, resultando em baixa rentabilidade e falta de capacidade de pagamento dos compromissos bancários assumidos com financiamentos de custeios e investimentos agrícolas”.

Recursos para a cafeicultura

O alto custo de produção e o baixo preço recebido pelos produtores reduziram a atividade cafeeira no Paraná em pelo menos 50% na última década. A área prevista para 2013, constituída por plantios em formação e colheita, é de apenas 67 mil hectares, com produção estimada em 1,7 milhão de sacas de 60 kg.

A lentidão na comercialização e os preços não cobrem os custos de produção, estimados em R\$ 408,94/sc. Em sentido oposto, o preço vem reduzindo desde julho de 2012: de R\$ 369,48 para atuais R\$ 270,00. Ou seja, um valor inferior ao custo e também ao preço mínimo de R\$ 307,00 estabelecido pela Portaria 308 de 17/05/2013 do Ministério da Agricultura.

Diante desse quadro danoso aos produtores de café do estado, o presidente da FAEP encaminhou outra solicitação aos ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e à chefe da Casa Civil, em caráter emergencial, visando o atendimento das seguintes medidas para reduzir os prejuízos dos cafeicultores paranaenses:

- 1) Recursos na ordem de R\$ 300 milhões para a linha de estocagem do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).
- 2) Prêmio de Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) para 250.000 sacas de café.
- 3) Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) de 170.000 sacas.
- 4) Aquisições do Governo Federal (AGF) para 50.000 sacas de café.



Emplacamento de tratores

Legislação já exige desde dia 1º de junho, mas pode ser revista

Há vários anos, seguramente para alguns ganharem dinheiro, o governo lançou um “kit primeiros socorros”, que todo motorista era obrigado a levar em seu veículo. Também foi inventado um selo que deveria ser colocado no para-brisas, comprovando o pagamento de um dos vários impostos que incidiam sobre os veículos.

Não chega a ser um acessório de um sanatório geral, como canta Chico Buarque na música “Vai Passar”, em metáforas ao período militar, mas o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) resolveu baixar duas Resoluções (número 429, de 05.12.2012 e 434, de 23.01.2013) que chegam perto. As duas medidas versam sobre o emplacamento para a circulação de máquinas agrícolas em vias públicas.



Máquinas agrícolas só circularão com emplacamento

Diante disso, a FAEP indagou oficialmente ao DETRAN-PR:

- Quais as máquinas agrícolas passíveis de emplacamento?
- A partir do emplacamento da máquina, será possível a mesma trafegar em vias públicas?
- Quais os tributos e valores a serem cobrados pelo Detran no emplacamento das máquinas?

O coordenador de veículos do DETRAN-PR, Cícero Pereira da Silva, esclareceu que pela Legislação “os veículos destinados a puxar ou arrastar maquinário de qualquer natureza, ou a executar trabalhos agrícolas, de construção ou de pavimentação, são passíveis de emplacamento para trafegar em via pública”.

E complementou que, para emplacar esses veículos, é cobrada a taxa de registro, sendo isento de IPVA. O valor do primeiro registro é de R\$ 154,53 e o DPVAT é proporcional aos meses faltantes do exercício, sendo o valor anual de R\$ 110,38. Na renovação anual do licenciamento o custo é de R\$ 60,71 e a taxa do DPVAT de R\$ 110,38.

Resolução absurda

Desde o último dia 1º de junho entrou em vigor essa Resolução e assim, esses veículos, para circular, devem estar emplacados. “Essa resolução é absurda, simplesmente arrecadatória, que só pode ter sido feita por um burocrata urbano sem noção da realidade dos produtores e trabalhadores rurais”, disse o deputado gaúcho, Alceu Moreira. Ele está empenhado em levar à Comissão de Justiça da Câmara Federal um projeto de sua autoria, que visa acabar com a obrigatoriedade e conta com a aprovação da maioria dos componentes da CCJ. Em seguida, deverá ir ao Senado. O gabinete de Moreira informou que o trâmite pode levar de três a quatro meses.

O produtor deve cumprir a lei e emplacar seus tratores, mas vamos supor que a Resolução seja revogada nesse prazo de 90 a 120 dias? Quando o governo devolverá os valores? Onde o veículo será emplacado e lacrado? Empresas de construção devem levar suas máquinas mais pesadas, como motoniveladores à Circunscrição de Trânsito?

Esse pessoal do Contran precisa dar uma volta pelo interior do Brasil. Emplacados.

Em busca do reconhecimento

Cafeicultores de Arapoti querem inclusão no zoneamento climático



Cafezais antigos ainda produzem em zona considerada inapta

O agricultor Roque Lano Munhoz, junto com o pai e a irmã, possui uma área de 12 hectares em Arapoti toda voltada para a produção de café e há algum tempo deseja construir um terreiro suspenso para melhorar a qualidade dos grãos e aumentar a eficiência do trabalho no pós-colheita. Além disso, pensa ainda em aplicar todas as técnicas que aprendeu nos cursos de cafeicultura feitos no SENAR-PR ao longo do ano passado para tornar o cafezal mais produtivo. Porém, se vê obrigado a adiar os planos à medida que não encontra linha de crédito nem cobertura do Proagro para sua lavoura porque sua propriedade está dentro de uma região considerada de risco climático, mesmo tendo um longo histórico de produção.

As dificuldades vividas por Munhoz são as mesmas de outros 39 produtores das comunidades de Serrinha e Caratua, localizadas no extremo Norte de Arapoti, por um único motivo: o zoneamento de riscos climáticos (ZRC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) classifica todo o território de Arapoti como “inapto para o cultivo do café”. Uma

condição que tem deixado os cafeicultores locais “órfãos” das políticas públicas, mas que eles próprios estão lutando para mudar desde o ano passado, quando começaram a receber orientações técnicas da Emater, Sindicato Rural de Arapoti e SENAR-PR.

O ZRC estipula regras para os cultivos, fundamentadas em estudos científicos sobre regime de chuvas, variabilidade de temperatura, ocorrência de geadas, posição geográfica etc., e passou a ser elaborado pelos governos federal e estadual a partir da metade dos anos 90. O objetivo desse trabalho foi fornecer um pacote tecnológico a fim de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos atmosféricos e permitir a cada município identificasse a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. Além disso, as normas também passaram a orientar as ações governamentais e, por isso, para os produtores terem acesso ao crédito rural, Proagro, Proagro Mais e à subvenção federal ao prêmio do seguro rural, eles precisam seguir as normas rigorosamente.

Especificidades

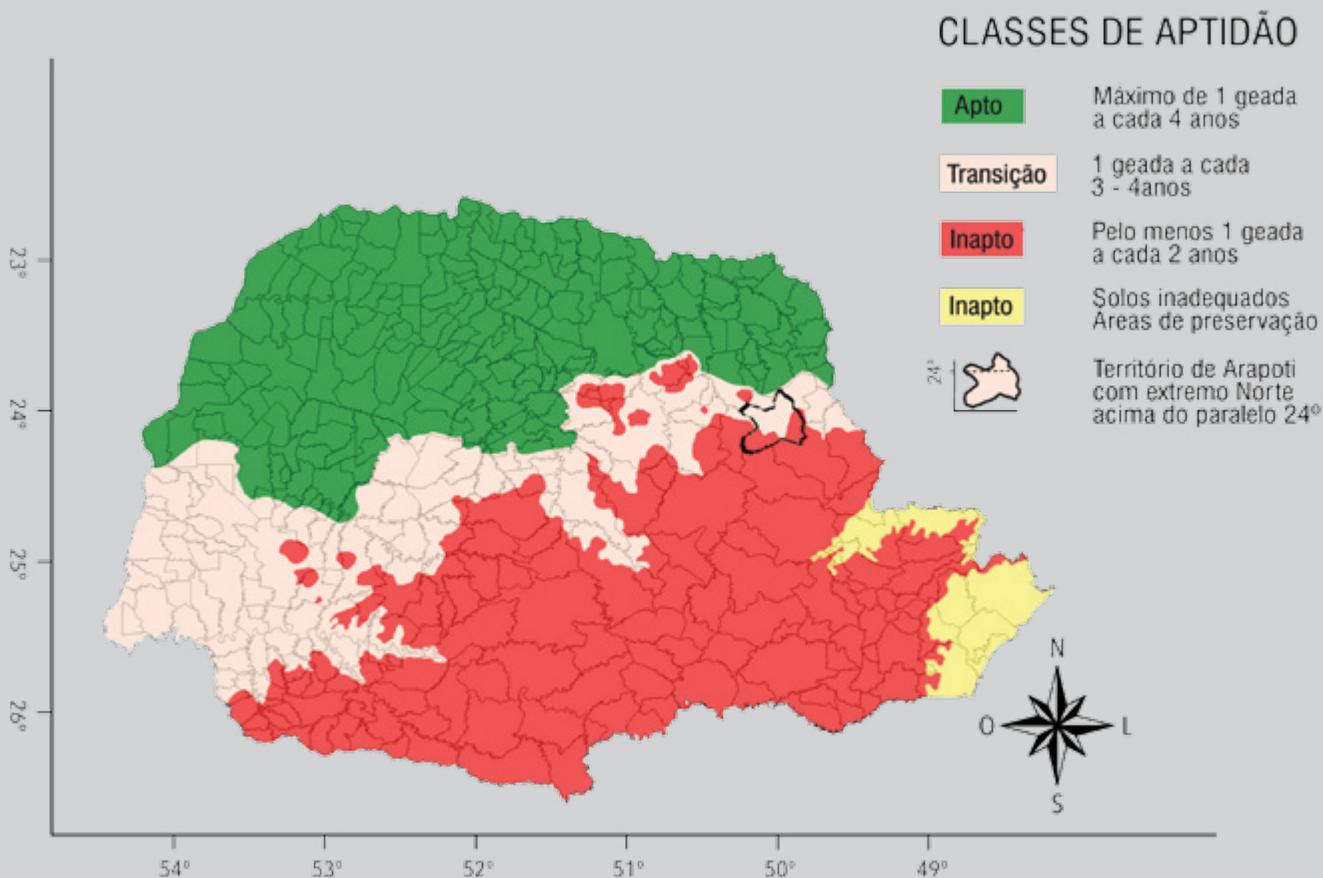
Jorge Amador Cancian, técnico agropecuário da Emater e responsável pela assistência aos cafeicultores de Arapoti, explica que a normatização não levou em conta as microrregiões contidas no interior dos municípios, como ocorre com a Serrinha e Caratuva, com suas especificidades de microclima, altitude, relevo e formação de solos. Assim, prossegue ele, uma ferramenta técnica como ZRC, mesmo sendo benéfica, acaba penalizando e excluindo aqueles que conseguem demonstrar na prática ter a aptidão e condições de cultivar, mas que não se enquadram nas regras oficiais. “É o caso desses produtores que se veem no limite: dependem da cultura para sobreviver, querem aprimorar a atividade, mas estão impedidos de avançar”, analisa.

Para tentar reverter esse quadro, o Sindicato Rural de Arapoti e Emater vêm negociando com o Mapa e o Instituto

Agrônomo do Paraná (Iapar) o reconhecimento de Arapoti como área apta à cafeicultura, já que está numa faixa de transição (veja infográfico) e possui uma particularidade: as localidades de Serrinha e Caratuva estão muito próximas a outros municípios liberados ao cultivo. Algumas propriedades se encontram a menos de dois quilômetros de cafezais legalizados. Além disso, há o fato de que o extremo Norte do município está acima do paralelo 24°, enquanto muitas outras regiões do Paraná estão abaixo dele e, mesmo assim, são reconhecidas como propícias à cafeicultura.

Caso a inclusão seja concedida, haverá regularização de 155 hectares de cafezais, distribuídos em mais de 40 propriedades rurais. A soma de pés ultrapassa as 350 mil covas com plantas em diferentes estágios de vida, indo de recém-plantadas até 40 anos de cultivos, garantindo uma produtividade média de 1.200 kg/ha. Assim, segundo Cancian, a mudança de status abriria também uma grande oportunidade

ZONEAMENTO CLIMÁTICO DO CAFÉ NO PARANÁ



para transformar Serrinha e Caratua em áreas de cafés de boa bebida, já que as altitudes variando entre 660 e 851 metros em relação ao nível do mar, somadas à regularidade de chuvas, permitem um microclima perfeito à maturação mais lenta dos grãos e uma melhor definição do sabor e aroma do produto final.



Seo Nelson e seus pés de café de 35 anos

Prova

Mas até aqui o grande empecilho tem sido convencer os órgãos governamentais de que o extremo Norte de Arapoti está fora da avaliação de que, na média, ocorrem geadas a cada três ou quatro anos na região. Ali, pelo contrário, conforme estudos meteorológicos, a temperatura média no mês mais frio é de 18° C e no mês mais quente de 22° C e, historicamente, só foram registradas geadas intensas a ponto de prejudicar os cafezais em quatro ocasiões: em 1942, a grande geada de 1975, outra em 1994 e a última em 2000. “Ou seja, o maior argumento de que a região é viável são os próprios cafezais, pois tem propriedade com lavouras plantadas há mais de 30 anos”, diz Cancian.

A prova viva disso é o seo Nelson da Silva Prado, 79 anos, que chegou ainda menino na região em 1942, quando o pai foi contratado como meeiro para tocar o primeiro cafezal implantado na Serrinha. Contudo, a geada daquele ano fez a família retornar para o estado de São Paulo. “Mas depois disso, muita gente retomou o plantio de café e alguns fizeram riqueza aqui até acontecer a geada negra de 1975”, relembra, contando que ele mesmo, após uma experiência com a cafeicultura no Paraguai, voltou em 1976 para ajudar o sogro na lida do café e

formar a sua própria área.

Hoje, seo Nelson anda pela propriedade e tem orgulho em mostrar o cafezal com três mil pés plantados há mais de 35 anos e que ainda continuam em produção. “Dessa lavoura saiu o meu sustento, o meio de formar os meus quatro filhos e ela nunca me deixou sem meu carrinho na garagem”, relata ele com satisfação. Por isso, o cafeicultor se mostra preocupado com o tema do zoneamento climático, já que ele e seus vizinhos estão na atividade por conta e risco, e caminham para estagnação na falta de apoio financeiro. Ele cita o próprio exemplo de declínio: no auge dos tratos culturais, a sua plantação rendia 380 sacas de 60 quilos contra as 150 que vai colher na atual safra.

Limitações



Ademar se sente inseguro em investir em sua lavoura

Diante do atual quadro, os produtores de Serrinha e Caratua têm tentado fazer a sua parte da porteira para dentro, aprimorando as técnicas de produção através da assistência da Emater e dos cursos do SENAR-PR, mas ainda assim acabam esbarrando nos próprios limites. Um exemplo disso é o cafeicultor Ademar Carlos da Silva, que já fez diferentes capacitações nas áreas de plantio e manejo e, no entanto, não consegue aplicar totalmente o conhecimento adquirido na sua lavoura de 4 mil pés por falta de recursos. “O café é uma cultura que exige cuidados todos os anos para melhorar a produção e sei que preciso investir em adubação foliar nesse ano, mas não tenho certeza se farei porque não tenho acesso a crédito nos bancos”, explica.

Até agora, como ressalta Silva, todo avanço feito com a renovação correta das lavouras, análise e correção de solo e manejo dos plantios têm sido bancado pelos próprios



Produtores de Caratua aguardam mudanças no zoneamento para continuar investindo na cafeicultura

cafeicultores, mas que a situação é insustentável por muito tempo. Isto porque, como explica, o custo de produção tem ficado em torno de R\$ 300,00 por saca de 60 kg de café limpo enquanto o mercado não paga mais do que R\$ 260,00. “A diferença tem que ser tirada com o aumento de produtividade, que exige a modernização das lavouras. Mas isto custa dinheiro”, resume.

Além de erguer barreiras à introdução de novas tecnologias nas antigas áreas cafeeiras, a exclusão de Arapoti

do zoneamento climático tem trazido reflexos também no mercado da terra. O produtor Wilson Luz Barbosa, que possui um sítio de 36 ha, avalia que, se houvesse o reconhecimento, o valor do hectare poderia acompanhar os preços praticados no município vizinho de Ibaiti – considerado apto -, passando dos atuais R\$ 40 mil para mais de R\$ 80 mil. “Tudo é uma questão da gente sair do modelo antigo, modernizar. Mas, por enquanto estamos isolados de qualquer programa de crédito por causa do zoneamento climático”, sentencia.



Precedente com a ameixa

O fim da exclusão de Arapoti como área imprópria para a produção de café tem chances de se tornar realidade, caso seja levado em conta um precedente no mesmo município. Em 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

publicou uma portaria estabelecendo o zoneamento climático para a cultura da ameixa no Paraná. Naquela época, entretanto,

Arapoti não foi indicada entre os territórios aptos ao cultivo da fruta, embora os municípios vizinhos de Jaguariaíva, Pirai do Sul e Sengés estivessem contemplados.

Vale ressaltar que Arapoti historicamente produzia ameixa e contava naquele período com uma área de 100 hectares e uma produção de 1.125 toneladas, conforme dados da Secretaria Estadual de Agricultura (Seab). A produção da fruta na região sempre foi de muita importância como alternativa de renda para os pequenos produtores.

Ainda em 2011, com a intervenção da FAEP e Sindicato Rural, que enviaram solicitação ao Mapa para a revisão da portaria, houve o reenquadramento de Arapoti de inapta para apta à produção de ameixa. Desde então, a medida permitiu a continuidade da atividade no município e, atualmente, os pomares da fruta ocupam 130 ha. Na última safra foram colhidas 3 mil toneladas de ameixa.

Plano agrícola e pecuário 2013/14

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou na terça-feira (04 de junho), o Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2013/14, que passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2013 a 31 de junho de 2014



Presidente Dilma durante a solenidade de lançamento do PAP

Os produtores rurais terão R\$ 136 bilhões em linhas de crédito para financiar o investimento, o custeio e a comercialização da safra agropecuária 2013/14, com um aumento de R\$ 21 bilhões ou 18% em relação ao montante disponibilizado na temporada anterior.

Desse montante, R\$ 97,6 bilhões foram alocados para financiar operações de custeio e comercialização – um aumento de 12,2% em relação aos R\$ 86,95 bilhões disponibilizados no plano anterior. Outros R\$ 38,4 bilhões serão alocados para financiar o investimento na compra de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e armazenagem, o que representa um salto de 35,7% em relação aos R\$ 28,3 bilhões do ano passado.

A taxa média de juros para as operações de custeio e comercialização foi mantida em 5,5%, tendo caído em 0,5 ponto, para 4,5%, nas linhas para os médios produtores (Pronamp). Já os recursos para investimentos terão taxas de 3,5%.

O governo afirmou ainda que vai disponibilizar R\$ 25 bilhões para a construção de novos armazéns privados nos próximos cinco anos, sendo R\$ 5 bilhões na temporada 2013/14.

O coordenador do Departamento Técnico Econômico da FAEP (DTE), Pedro Loyola e a economista Tânia Moreira analisaram o Plano, e constataram que várias solicitações da FAEP, Ocepar, Seab e Apepa (veja matéria pág. 15) e fizeram as

seguintes observações.

RECURSOS E JUROS: O total de recursos liberados para a próxima safra é 18% superior à safra anterior, chegando a R\$ 136 bilhões, sendo R\$ 97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização e R\$ 38,4 bilhões para os programas de investimento. Dos R\$ 136 bilhões previstos para a nova safra, R\$ 115,6 bilhões será com taxas de juros controladas, crescimento de 23% sobre os R\$ 93,9 bilhões previstos na temporada 2012/13.

A taxa de juros anual média das linhas de crédito rural é de 5,5%, mas serão menores em modalidades específicas: de 3,5% para programas voltados à aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estruturas de armazenagem; de 4,5% ao médio produtor rural (Pronamp); e de 5% para práticas sustentáveis (Programa ABC). Também foram reduzidos os juros para capital de giro das cooperativas, de 9% para 6,5% ao ano.

LIMITES DE CRÉDITO: O limite de financiamento de custeio, por produtor, foi ampliado de R\$ 800 mil para R\$ 1 milhão e o destinado à modalidade de comercialização passou

de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2 milhões.

PSI: Pelo Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), para o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, serão R\$ 6 bilhões, sendo que o programa será mantido e o produtor poderá financiar caminhões.

ARMAZENAGEM: Medidas para o incentivo a novos investimentos em armazenagem foi o ponto forte do PAP para a próxima safra. Atualmente a capacidade de armazenagem da safra brasileira é deficiente em 32,3 milhões de toneladas (10 milhões de ton. somente no Paraná), necessitando de linhas de financiamento que viabilizem novos investimentos no país. Estão previstos recursos na ordem de R\$ 25 bilhões para a construção de novos armazéns privados no país nos próximos cinco anos – sendo R\$ 5 bilhões na temporada 2013/14. O prazo de pagamento será de até 15 anos, com juros de 3,5% ao ano e carência de até três anos. Além disso, serão investidos mais R\$ 500 milhões para modernizar e dobrar a capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os R\$ 5 bilhões por ano possibilitam elevar a capacidade estática em 13 milhões de toneladas (prazo de



Recursos para armazenagem ganharam destaque

construção de 1 a 2 anos). Considerando os R\$ 25 bilhões, a projeção é de aumento da capacidade estática em 65 milhões de toneladas em seis anos, zerando o déficit de armazenagem atual de 32,3 milhões de toneladas e atendendo o aumento da demanda dos próximos anos.

MÉDIO PRODUTOR: Foram disponibilizados R\$ 13,2 bilhões pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) para custeio, comercialização e investimento. O valor é 18,4% superior aos R\$ 11,15 bilhões previstos na safra 2012/13. Os limites de empréstimo para custeio passaram de R\$ 500 mil para R\$ 600 mil, enquanto os de investimento subiram de R\$ 300 mil para R\$ 350 mil e os juros foram reduzidos de 5% para 4,5% ao ano. Essa medida beneficia o Paraná, pois a estrutura fundiária predominante é de pequenos e médios produtores. Estima-se que o volume de recursos tomados em crédito rural oficial no estado pelos médios produtores equivale ao mesmo volume do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

PROGRAMA ABC - Pelo Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que financia tecnologias que aumentam a produtividade com menor impacto ambiental, o volume de recursos saltou de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,5 bilhões com juros anuais de 5% e o limite de financiamento para a linha de florestas plantadas passou de R\$1 milhão para R\$3 milhões.

COMERCIALIZAÇÃO: Para apoiar a comercialização, o Plano Agrícola e Pecuário terá R\$ 5,6 bilhões. Deste total, R\$ 2,5 bilhões se destinam à aquisição de produtos e manutenção de estoque e R\$ 3,1 bilhões para equalização de preços, de maneira a garantir o preço mínimo ao produtor.

DEFESA AGROPECUÁRIA: Foram anunciadas iniciativas para aprimorar o sistema de defesa agropecuário do Brasil. Serão R\$ 120 milhões para ampliação e modernização dos seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) do governo federal. Esse valor será utilizado ainda para oferecer diagnósticos mais rápidos e ainda mais precisos. Quanto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (o Sisbi-POA), será criada uma coordenação que garantirá a consolidação do sistema, facilitando o acesso dos estados e municípios ao programa.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: Foi anunciada também a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, marco significativo para o aumento da produção, da produtividade e do bem-estar do

produtor brasileiro.

PROGRAMA INOVAGRO: Outra novidade foi a criação do Inovagro, que tem o objetivo de impulsionar a produtividade e a competitividade do agronegócio brasileiro por meio da inovação tecnológica. Serão disponibilizados R\$ 3 bilhões para o agronegócio, sendo R\$ 2 bilhões para pesquisa e desenvolvimento de máquinas e equipamentos e R\$ 1 bilhão para que os produtores rurais possam incorporar tecnologias.

PONTOS NEGATIVOS: Alguns limites de crédito, inclusive para investimentos, não foram ampliados, o que pode dificultar o acesso ao crédito. Falta ainda aperfeiçoar as regras de acesso ao crédito rural nos agentes financeiros, reduzindo custos e burocracia através da implementação de crédito rural na modalidade automática e rotativa para custeio.

Nos próximos dias o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve editar as resoluções que normatizam as linhas de financiamento e condições de acesso ao crédito divulgados no PAP 2013/14. A expectativa é que outras medidas tenham sido atendidas como limite de crédito adicional para milho e feijão, crédito para aquisição de matrizes no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose, dentre outros.



Medidas tentam garantir um novo recorde de safra

Alvos certos

Propostas do setor produtivo rural obtêm resultados no PAP-2013/2014

A FAEP, em conjunto com os sindicatos rurais e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) e Associação Paranaense de Planejamento Agropecuário (Apepa), elabora anualmente um documento de propostas ao PAP. Em 26 de março passado, as instituições apresentaram ao secretário de Política Agrícola, Neri Geller, e a sua equipe do Ministério da Agricultura um documento contendo mais de 100 propostas para a política agrícola.

O PAP 2013/14 atendeu diversas propostas da FAEP, como a criação do Plano Nacional de Armazenagem e o Programa de Inovação Tecnológica (Inovagro), o aumento do volume de recursos do crédito, a ampliação de limites de crédito, a redução de juros no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), a possibilidade da aquisição pelos produtores rurais de caminhões na linha PSI do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aumento nos recursos de apoio à comercialização, novos investimentos no sistema nacional de defesa agropecuária, assistência técnica rural e pesquisa, e seguro.

Quando as propostas foram enviadas, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destacou a necessidade de ampliar a rede de armazéns, inclusive com a concessão de financiamentos para construção de armazéns nas propriedades rurais. “Não é possível mais armazenar a safra em carroceria de caminhão ou nos porões do navio. Essa tendência de avançar na tecnologia de produção deve ser acompanhada de investimentos em infraestrutura”, afirmou.

ARMAZENAGEM

E, de fato, as medidas para o incentivo a novos investimentos em armazenagem reivindicados foram o ponto forte do PAP para a próxima safra. Atualmente a capacidade de armazenagem da safra brasileira é deficiente em 32,3 milhões de toneladas (10 milhões somente no Paraná), necessitando de linhas de financiamento que viabilizem novos investimentos no país.

Com as medidas anunciadas, estão previstos recursos na ordem de R\$ 25 bilhões para a construção de novos armazéns privados em todo o país nos próximos cinco anos – sendo R\$ 5 bilhões na temporada 2013/14. O prazo

de pagamento será de até 15 anos, com juros de 3,5% ao ano e carência de até três anos. Além disso, serão investidos mais R\$ 500 milhões para modernizar e dobrar a capacidade de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os R\$ 5 bilhões por ano possibilitam elevar a capacidade estática em 13 milhões de toneladas (prazo de construção de 1 a 2 anos). Considerando os R\$ 25 bilhões, a projeção é de aumento da capacidade estática em 65 milhões de toneladas em seis anos, zerando o déficit de armazenagem atual de 32,3 milhões de toneladas e atendendo o aumento da demanda dos próximos anos.

“A ampliação da rede de armazéns anunciada deve ser imediata, inclusive com a concessão de financiamentos para construção de armazéns nas propriedades rurais. É vital ao agronegócio brasileiro”, lembrou Meneguette.

SEGURO RURAL

Uma das principais novidades do plano é o aumento da subvenção ao prêmio do seguro rural. Está previsto um aumento em 75% dos valores para a safra 2013/14, passando de R\$ 400 milhões para R\$ 700 milhões. Algumas regras do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) devem ser alteradas, sendo a maioria das subvenções da taxa-prêmio fixadas na faixa entre 40% a 60% – quanto maior o risco da cultura e do município em que está localizado o empreendimento, maior a subvenção.



O Paraná na OIE

A reunião em Paris e o anúncio: “risco insignificante de vaca louca”



Comitiva paranaense na OIE e na Embaixada do Brasil em Paris

Representantes da FAEP, da Secretaria Estadual da Agricultura (Seab) e da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) estiveram na 81ª Reunião Anual da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, no final do mês passado. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, o diretor-executivo do Fundepec, Ronei Volpi, e o assessor da presidência da federação Antônio Poloni acompanharam o encontro que reuniu 178 países membros da organização. Na comitiva paranaense estavam ainda o secretário de Agricultura, Norberto Ortigara, e o presidente da Adapar Inácio Afonso Kroetz.

A OIE é responsável pela definição das normas e políticas relativas à sanidade animal no mundo todo e, durante a conferência, foi anunciado o projeto de resolução número 20. O documento formaliza a entrada do Brasil na lista dos 25 países classificados como territórios em que “os riscos de encefalopatia espongiforme bovina – a chamada vaca louca – são insignificantes”.

Para ter acesso a essa lista é necessário que o rebanho do país deve estar de acordo com as disposições do Código Sanitário para os Animais Terrestres. Segundo a OIE, esse reconhecimento ocorre diante de declarações feitas pelos

Serviços Veterinários oficiais dos países membros e, atualmente, fazem parte desse grupo os seguintes países: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, EUA, Eslovênia, Finlândia, Índia, Islândia, Israel, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Cingapura, Suécia e Uruguai.

Agenda

Além de contatos com autoridades sanitárias de países que, eventualmente, embargam as exportações brasileiras de carnes, como a Rússia e países árabes, a presença dos paranaenses serviu para atrair participantes da Conferência Mundial da Organização sobre o Ensino da Medicina Veterinária, que será realizada em Foz do Iguaçu, de 4 a 6 de dezembro próximos. O evento que deverá reunir mais de mil participantes.

Os brasileiros foram também recepcionados pelo embaixador brasileiro na França, José Maurício Bustani, na sede da embaixada. Durante o encontro, a comitiva paranaense discutiu a conjuntura econômica e agrícola da Europa, que passa por uma forte recessão econômica e queda de consumo.

Água na boca na “Barriga do Mundo”

Comitiva paranaense conhece centro de distribuição modelo da França

O mercado de Rungis, nos arredores de Paris, é chamado de “barriga do mundo” (le ventre du monde). É não é à toa: é o maior mercado de alimentos do mundo, ocupando uma área de 1 milhão de metros quadrados e movimentando diariamente mais de 1,5 milhão de toneladas de alimentos, como frutas, legumes, ervas, cereais, aves, carnes e queijos. O complexo, por onde circulam 12 mil funcionários, é formado por cinco enormes pavilhões e 10 restaurantes.

O Rungis (se pronuncia “rangis” caprichando no “s” final) funciona partir de meia noite até 5 horas da madrugada

todos os dias e é considerado um centro de distribuição modelo de alimentos. E a eficiência do mercado pode ser vista pela comitiva paranaense que foi à conferência da OIE durante visita as suas instalações. “É impressionante eficiência logística da planta, que trabalha com sistema multimodal: rodoviário, ferroviário (alguns setores tem conexões diretas com o sistema férreo) e aéreo (está a 5 minutos do aeroporto de Orly - Paris)”, constatou o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Biscaia.

O secretário de Agricultura Norberto Ortigara, que vem buscando modernizar o arcaico e dispendioso sistema das Geasa nas principais cidades paranaenses, ficou impressionado com a infraestrutura do Rungis. “O porte do mercado é incomparável, mas o modelo e o conceito de comercialização eficiente, rápido, barato e com rastreabilidade nos serviu de aprendizado e exemplo”, avaliou ao final da visita.



Mercado Rungis é modelo de eficiência: em seu complexo são distribuídas 1,5 milhão de toneladas de alimentos através de um sistema de transporte multimodal.



João Luiz Rodrigues Biscaia, Antonio Polloni, representantes da Central de Abastecimento e o secretário Norberto Ortigara em visita ao Mercado Rungis



Controle de qualidade de frutas, verduras, cereais, aves e queijos, entre outros produtos, recebem atenção especial com sistemas de controle de temperatura



Uma das especialidades do Rungis é o recebimento e o processamento de carnes que são distribuídas para todo o mercado francês e dos países vizinhos

Insegurança jurídica

Índigenas repetem sem-terras e provocam conflitos fundiários



Sede de fazenda incendiada pelos Índios

Amanhã pode ser você. O direito constitucional de propriedade está em risco em todo o país diante das sucessivas invasões de terras, a maioria com títulos seculares, por indígenas. O fundamento dessas manifestações em que se rasgam, diante de câmeras de TV, decisões judiciais, razão imediata para prisão em flagrante, é o aparelhamento ideológico da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A ação impune dos indígenas é praticamente a continuidade das estripulias provocadas pelo MST há pouco tempo, quando seus infratores chegaram a invadir e depredar o Congresso Nacional. Há uma escalada no país de manifestações das chamadas “minorias”, estimuladas pela própria Funai e ONGs que nunca explicam a fonte de seus recursos.

Há quem enxergue que tem caroço nesse angu. Debaixo das terras indígenas estariam insondáveis (até agora) riquezas minerais. Guairá e Terra Roxa, no Noroeste do Paraná, se mobilizaram contra invasões indígenas, mas os mais recentes episódios foram detonados em Sidrolândia (MS), onde um índio foi morto e até o fechamento deste Boletim não se sabia quem realmente fora o autor do disparo.

Nesse cenário há uma pajelança no governo federal. A ministra paranaense Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, desautorizou a ação da Funai nas demarcações. O ministro paulista da Justiça, Eduardo Cardozo, replicou e desmentiu sua colega ministra. O ministro paranaense da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, criticou decisões favoráveis da Justiça aos produtores,

mas levou um chega para lá da presidente Dilma Rousseff, que desmentiu seu subordinado e, publicamente, informou à Nação que o governo respeita a Justiça.

Pisa-se em ovos no Palácio e não há bons sinais de fumaça. O governo precisa fumar o cachimbo da paz antes em sua aldeia, para depois buscar uma alternativa ao clima de insegurança que vai tomando conta dos produtores e da própria sociedade brasileira – uma situação que ganhou as manchetes dos jornais na semana que passou (veja nas páginas seguintes).

“Onde tem Justiça, tem espaço para todos”

Na manhã do dia 14 de junho, milhares de produtores de vários estados do país participarão no Trevo de Nova Alvorada, da BR- 163, a 120 quilômetros de Campo Grande, de uma grande manifestação contra as invasões e pelo direito de propriedade no país.

A organização é da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (Famasul), com apoio da FAEP, que será representada por centenas de produtores paranaenses, das demais federações e da CNA. A mobilização está sendo chamada de “Onde tem Justiça, tem espaço para todos”. Segundo Eduardo Riede, presidente da Famasul, “ a Funai é incapaz de um diagnóstico imparcial. Isso explica porque o processo de demarcação de terra indígena é a verdadeira aberração no Brasil”.

Funai amplia insegurança jurídica

Autarquia age como se o Supremo já não houvesse estabelecido normas para as reservas capazes de esvaziar a tensão entre índios e produtores rurais

Publicado em O Globo (04.06.2013)

O foco de tensão que já esteve concentrado na atuação de organizações ditas sociais de trabalhadores sem terra se transfere, no momento, para a ação de ONGs, da Igreja (Conselho Missionário Indigenista – Cimi), promotores e procuradores na militância junto a povos indígenas. Com um objetivo duplo: paralisar o programa estratégico de aproveitamento do potencial hidrelétrico na Amazônia e ampliar ao máximo as reservas indígenas ao arripio de normas em fase final de fixação pelo Supremo.

E, para espanto de não iniciados na forma como o governo é loteado, a Fundação Nacional do Índio (Funai) não atua como órgão governamental, mas na função de instrumento desta militância. Repete-se o modelo do Incra com os sem-terra.

Este é o pano de fundo da série de invasões do canteiro de obras da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Detalhe esclarecedor é que os mundurukus, por viverem a 800 quilômetros do local, são transportados de ônibus para fazer as ocupações. Alguém, por óbvio, paga as viagens.

O conflito, já com a morte de um índio terena, na Fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, é outro caso emblemático. A Justiça, como se espera, tem concedido aos proprietários o direito à reintegração da posse, mas a pressão continua, com a Funai ao lado dos invasores.

A autarquia tem trabalhado para ampliar a insegurança jurídica nas áreas de conflito entre índios e produtores agrícolas. A situação seria outra se a Funai seguisse as regras estabelecidas pelo Supremo, no julgamento da legalidade da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, por meio do voto do ministro, já falecido, Carlos Alberto Direito, dado depois de um pedido de



Índios rasgam decisão judicial

vista. A Advocacia Geral da União chegou a baixar portaria, em julho do ano passado, para instruir os diversos órgãos públicos a agir nos litígios com base nas diretrizes aprovadas pelo Supremo. Depois, diante das pressões, voltou atrás.

Funai e aliados se aproveitam da demora no fechamento formal do processo sobre a reserva de Roraima e atuam como se nada tivesse acontecido. Não por acaso, foram impetrados inúmeros embargos ao acórdão do processo, cujo relator, Ayres Britto, saiu na “expulsória” dos 70 anos de idade. O indicado para seu lugar, o advogado Luís Roberto Barroso, já sabatinado e aprovado pelo Senado e tomar posse para avaliar os embargos e encerrar o caso.

Segundo as regras aprovadas, por exemplo, nenhuma reserva já demarcada pode ser ampliada (já representam 13% do território nacional), nem haverá restrição - como desejam Funai e aliados - à atuação das Formas Armadas e da Polícia Federal nas áreas.

Preocupada com a tensão, a presidente Dilma convocou ministros e determinou a criação de programas sociais específicos para os índios. Mas, em vez de instituir um “Bolsa índio”, a prioridade da presidente deveria ser enquadrar a Funai e reintegrá-la ao Estado brasileiro.

A questão indígena

Publicado em O Estado de São Paulo (05.06.2013)

O conflito provocado pelos índios terena com a invasão da Fazenda Buriti, no município sul matogrossense de Sidrolândia – que no dia 31 provocou a morte de um dos invasores em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas –, começa a alastrar-se por todo o país e tende a agravar-se de maneira imprevisível. Já são mais de 60 as propriedades rurais ocupadas.

Estimulado pela repercussão do episódio, um grupo de 20 índios caingangues ocupou na segunda-feira a sede do Partido dos Trabalhadores (PT) em Curitiba, exigindo serem recebidos em Brasília para tratar da demarcação de terras no Paraná. Houve manifestações de protestos de indígenas também em Seara (SC) e em Paranaguá (PR).

Nada disso é novidade. Os indígenas repetem a radicalização, na forma da criação de fatos consumados, invariavelmente ao arripio da lei, que o Movimento dos Sem-Terra (MST) praticou durante todo o governo Lula, sob o olhar complacente e, frequentemente, o estímulo do então chefe de governo. Os lamentáveis episódios de agora, portanto, são fruto



Sede de PT em Curitiba invadida pelos índios em protesto contra a falta de demarcação de suas terras



Índios são transportados para manifestações em Brasília por aviões da Força Aérea Brasileira

do populismo irresponsável que há mais de 12 anos desmoraliza as instituições democráticas, disseminando a crença de que a lei – ora, a lei – só deve ser respeitada quando convém a um difuso “interesse social” habilmente manipulado pelos poderosos de turno.

A triste realidade ilustrada pela disputa por uma terra que uma hesitante Justiça não consegue decidir a quem pertence é o resultado da incapacidade ou falta de coragem do Executivo de conduzir politicamente o conflito, de modo a criar as bases técnicas e legais de um entendimento que possibilite a acomodação dos interesses em choque - de um lado, os da população indígena, e de outro, o dos produtores rurais.

No centro do conflito, a Fundação Nacional do Índio (Funai), perdida entre a antropologia e a ideologia, tem seu trabalho contestado pelos produtores rurais e as associações que os representam, e defendido pelos “progressistas”, pela CNBB e pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Percebendo a vulnerabilidade do órgão responsável pela coordenação da política indigenista, o governo defende agora a ampliação do elenco dos responsáveis pela formulação dessa política – e recebe críticas de quem não quer que as coisas mudem.

“As soluções existem, falta decisão política”, é a opinião insuspeita do senador petista Delcídio Amaral, que tem participado de reuniões sobre o assunto no Palácio do Planalto e garante que “não foi por falta de aviso” que se criou o atual

impasse a partir da ocupação da Fazenda Buriti.

A opinião do senador petista é compartilhada pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, para quem a ausência de vontade política do governo federal “é determinante” para a falta de uma solução para o conflito. Por sua vez, a Confederação Nacional da Agricultura e Agropecuária (CNA) entende que “é mais do que hora de o governo federal suspender o processo de demarcação de terras indígenas, conduzido de modo arbitrário, e frequentemente ilegal, pela Funai, e aguardar que o STF estabeleça em definitivo o regime jurídico de demarcações de terras indígenas no País”.

A evidenciar a incapacidade do governo de tratar competentemente a questão indigenista está o fato de que o conflito de Sidrolândia se arrasta há 13 anos, ao longo dos quais, pela ausência de referências sólidas do ponto de vista histórico, antropológico e legal, se alternaram decisões judiciais contraditórias. E é nesse vácuo que a radicalização prospera, de lado a lado, deixando atônita, no meio do tiroteio, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que parece hesitar entre duas prioridades: o cumprimento de seu dever como articuladora política e a viabilização de sua candidatura ao governo do Paraná.

Menos mal que, desde a posse, a presidente Dilma tem evitado escrupulosamente repetir o exemplo de seu antecessor em manifestações públicas de apoio às tropelias de movimentos ditos sociais.

Líder indígena do AM falsificou registro na Funai, afirma PF

Paulo Apurinã e sua mãe são acusados de fraudar 'RG de índio'; documento facilita acesso a programas sociais

Publicado na Folha de São Paulo (03.06.2013)



Paulo José Ribeiro que se passa por Paulo Apurinã

Um líder indígena do Amazonas, habituê de cerimônias com autoridades como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora, Dilma Rousseff, não é índio, segundo a Polícia Federal.

Para a PF, Paulo José Ribeiro da Silva, 39, o Paulo Apurinã, fraudou o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (Rani), RG indígena emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Após um ano e meio de apuração, ele e a mãe, Francisca da Silva Filha, 56, foram indiciados sob suspeita de falsificação de documento público.

Entre os indícios de fraude, diz a PF, estão a ausência

de dados genealógicos e de estudos antropológicos, além de depoimentos de índios que negaram a origem dos dois.

A própria mãe de Silva, em depoimento à PF, afirmou ter tirado os nomes indígenas dela e do filho – “Ababicareyma” (mulher livre) e “Caiquara” (o amado) – de um dicionário de tupi-guarani. Eles não falam a língua apurinã.

“Esses documentos foram adquiridos mediante fraude com colaboração de uma funcionária da Funai”, disse Sérgio Fontes, superintendente da PF no Amazonas, sobre os registros obtidos em 2007.

Documento administrativo da Funai, o Rani não confere direitos por si só, mas na ausência da certidão de nascimento serve como subsídio para inclusão em programas sociais, como o Bolsa Família, e cotas em universidades. Com

o Rani, a mãe de Silva entrou como cotista no curso de turismo da Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

Um dos critérios para emissão do registro é o autorreconhecimento – a comunidade indígena tem de reconhecer a pessoa como índio. Caso a Funai tenha dúvidas sobre a etnia, deve pedir laudo antropológico, o que não ocorreu.

O cocar de Dilma

Porta-voz do Movimento Indígena de Renovação e Reflexão do Amazonas (Mirream), Silva ganhou notoriedade em 2009, após liderar invasões de terras públicas para assentar índios sem teto.

Em outubro de 2011, presenteou Dilma e Lula com cocares na inauguração de ponte sobre o rio Negro. “O meu cocar está com a Dilma”, disse à Folha nesta semana. Ele nega ter fraudado o registro.

A investigação começou em dezembro de 2011, após ele ser detido por desacato no aeroporto de Manaus. Tentava embarcar com cocar de penas de ave ameaçada de extinção e insultou um fiscal do Ibama e um agente da PF. Foi condenado à prestação de um ano de serviços comunitários.

Estimados em cerca de 8.000, os índios apurinã vivem dispersos às margens do rio Purus, no Amazonas, em Mato Grosso e em Rondônia.

O cacique apurinã José Milton Brasil, 48, da comunidade Valparaíso, em Manaus, disse ter dúvidas sobre a origem de Silva. “Precisamos saber qual é a linhagem dele para não sermos enganados”.

Estagiário da Funai

O falso índio Paulo Apurinã foi estagiário da Funai, no setor de expedição de Ranis. Foi lá que ele falsificou a sua identidade indígena e de vários familiares. Com o documento falso, Paulo Apurinã conseguiu benefícios exclusivos para índios, inclusive, ingressou no Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas (CIESA), para fazer o curso de direito dentro das cotas indígenas.

Outros irmãos de Apurinã estão na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com o mesmo benefício. O inquérito será enviado para a Justiça Federal, que deverá anular o Rani do índio falso e de seus familiares. Eles também responderão pelo crime de falsidade ideológica. O Ministério Público Federal também poderá pedir a anulação do diploma concedido ao estelionatário e impedir que os irmãos continuem estudando na UEA dentro das cotas.



CNA: “Ódio e confronto entre brasileiros”

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) denuncia uma tentativa de desestabilização do setor produtivo rural, tendo por pretexto a causa indígena.

“Militantes ideológicos, que aparelharam a Funai e se associaram ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a ONGs nacionais e estrangeiras, estimulam os índios a invadir terras produtivas, devidamente tituladas – algumas há mais de um século. Provocam conflitos que, além de levar insegurança ao setor mais produtivo da economia brasileira, instalam um ambiente de ódio e confronto entre brasileiros.

Os produtores rurais não desrespeitam os direitos dos índios, mas, ao contrário, estão tendo os seus desrespeitados. As invasões têm sido sistemáticas, a partir de ação da Funai, que, ao arrepio da lei, decide de maneira autocrática que terras serão demarcadas, ignorando os direitos do produtor rural e a segurança de sua família e empregados.

O setor agropecuário tem, hoje, peso extraordinário na economia do país. Acumula recordes de produtividade, usando menos terra e unindo produção com preservação. Cresceu, no último trimestre, 9.7%, enquanto o PIB como um todo avançou 0.6%. Em relação ao mesmo trimestre de 2012, o crescimento foi de 17%.

É essa presença na vida econômica e social do país que faz com que a CNA seja recebida com frequência no Palácio do Planalto, para discutir questões nacionais, como o recém-lançado Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. Esta agenda propositiva não se confunde com a presente crise indígena – que, inclusive, é de natureza judicial.

O clima instalado, se não for imediatamente revertido, prenuncia novos e dramáticos confrontos de consequências imprevisíveis.

O que está em pauta vai bem além de infrações pontuais à lei. É o Estado Democrático de Direito que está sendo contestado, de dentro do próprio Estado. Não será com declarações que desafiam a lei, a ordem e o bom senso que problema dessa magnitude será resolvido. A lei precisa ser e será cumprida”.



Francisco Maia presidente da Acrissul

“Vivemos num caos na área de conflito”

Entrevista de Francisco Maia, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e da Frente Nacional da Pecuária (Fenapec), ao Uol/Folha

Folha - Desde quando os produtores de MS enfrentam problema fundiário com indígenas?

Francisco Maia - A Constituição (1988) estabelecia um prazo de cinco anos para a demarcação dessas terras [indígenas]. As coisas não aconteceram e eles [índios] continuaram avançando e sempre pretendendo áreas maiores do que o possível e do que o razoável. As pretensões da Funai [Fundação Nacional do Índio] não têm nenhum embasamento, nenhum estudo mais consistente que as justifique.

Na área mais nobre, de terra mais fértil do Estado, se pretende [demarcar] mais de 500 mil hectares de terra. As pretensões são todas em cima de áreas tituladas. Não temos problemas de excesso de terra ou de grilagem. Todas as terras são legais, com escritura.

Isso é uma questão que hoje perdeu-se o controle. Com os últimos acontecimentos, vivemos num Estado onde não tem o Estado de Direito para ser seguido e respeitado, onde as leis não são cumpridas e está valendo a lei indígena adotada por eles. Eles rasgam ação judicial de reintegração de posse, a própria Polícia Federal vai lá e não faz reintegração de posse. Vivemos num caos na área de conflito.

Folha - O envio de tropas nacionais não seria apenas uma medida paliativa?

Francisco Maia - Temos que resolver de imediato uma questão emergencial. Os produtores têm seu gado, sua riqueza. Estão sendo expulsos de suas fazendas sem ter nenhum poder de reação e estamos numa situação iminente de um conflito armado porque alguns produtores que estão armados nas suas propriedades, não vão sair e vão enfrentar os índios.

Vai ter resistência armada. Isso que aconteceu, de morrer um índio, pode ser muito pouco perto do que se anuncia. Vai morrer mais gente. A questão indígena em si vai ser discutida de uma forma mais ampla. Acredito que isso só vá diminuir quando o Congresso tomar as medidas que tem que tomar.

Folha - Você apostam no Congresso [para resolver a solução]?

Francisco Maia - Quem vai ter que entrar nessa parada é o Congresso Nacional porque o governo perdeu a mão. Parece que o governo perdeu autoridade. Esse é um problema muito sério. Estamos falando de um massacre iminente que pode existir.

Folha - Do ano passado para cá a situação parece ter ficado mais tensa em MS. O que aconteceu?

Francisco Maia - Me parece que é uma visão ideológica orquestrada. A Polícia Federal disse que, quando foi tentar a reintegração de posse, não encontrou índios querendo terra. Encontrou uma milícia organizada, armada e lutando com a própria Polícia Federal e estadual [PM]. A questão é séria. Não existe Estado de direito. Isso está um caos. Está uma tragédia.

Vimos a Brasília dizer ao governo federal que vai ter mais sangue. Muitos produtores rurais estão resistindo. E nós, produtores rurais, não podemos deixar que nossas propriedades sejam invadidas sem defender a terra. Já que o Estado não defende, quem vai ter que defender? São os proprietários. Lamentavelmente, essa é a situação.

Folha - A mídia tem sido tendenciosa nessa cobertura?

Francisco Maia - O que se tem que entender é que nós, produtores rurais, entendemos que existe uma dívida da sociedade brasileira com os índios. Mas que essa dívida não pode ser paga apenas pelo setor rural.

Por que não se cria um fundo nacional em que cada brasileiro contribua com essa questão? Vai deixar só o produtor que já produz com sacrifício, que a sua produção não é valorizada nem reconhecida, que vende comida barata para o país inteiro, leva o país nas costas nesta fase da economia? Além de tudo isso é ele quem tem que resolver o problema indígena, se ele é vítima assim como os índios?

A sociedade tinha que ver essa questão dos dois lados. Quando a mídia mostra um indiozinho nu, chorando, numa fotografia que sensibiliza, ele pode ver que do outro lado tem um pequeno produtor com o “filhozinho” nu, chorando e que tem tanto sofrimento quanto ele [o índio].

O território Indígena

Atualmente no Brasil são 500 mil indígenas em 109 milhões de hectares

São mais de 238 povos indígenas que somam 896.917 pessoas, segundo o Censo IBGE 2010. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. Esses pouco mais de meio milhão de pessoas detêm uma extensão de 109,8 milhões de hectares, o que equivale a 12,5% do território nacional. No total, o Brasil tem 672 terras indígenas, segundo a Funai, das quais 196 ainda precisam ser homologadas.

Até agora, é a Funai que tem o poder exclusivo da demarcação de terras indígenas. O estudo e a delimitação são feitos por grupo técnico de trabalho composto por técnicos da fundação, do Incra ou da secretaria estadual de assuntos fundiários. Contudo, o governo anuncia que não vai mais considerar apenas os laudos da Funai e serão ouvidos também os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e da Justiça, Incra e Embrapa.

USO DA TERRA

Como é ocupado o solo no país

Em Hectares



Registadas

Fontes: Funai, IBGE, Conab e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Fase do procedimento demarcatório	Nº de terras indígenas	Superfície (em hectares)
Em estudo	115	---
Delimitada	30	2.024.366,0000
Declarada	51	2.679.132,0452
Homologada	12	513.762,0717
Regularizada	428	104.616.529,3229
Reserva Indígena	36	44.358,5230
Total	672	109.878.147,9628

Fonte: Funai, maio de 2013

Cidadania Indígena

Quem é indígena?

São basicamente dois critérios: a autodeclaração e consciência de sua identidade indígena pelo índio e o reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem. A Funai se baseia na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, e no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). Segundo o estatuto, "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional".

Índios possuem documentos?

A Funai emite o Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Indígenas (Rani), um documento administrativo, que não substitui a certidão de nascimento civil e os demais documentos básicos, como carteira de identidade ou CPF. O Rani pode ser utilizado para dar entrada na certidão de nascimento civil.



Concurso Café Qualidade PR

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, e o governador Beto Richa fizeram a entrega, no último dia 5, dos lotes de cafés premiados no “Concurso Café Qualidade Paraná 2012” aos patrocinadores do evento. A edição do torneio contou com a participação de 450 lotes inscritos representando as sete das 11 regiões cafeeiras do Paraná. O estado conta com 12 mil cafeicultores, que colheram 1,6 milhão de sacas em uma área cultivada de 83 mil hectares. “A iniciativa significa apoio e conhecimento aos agricultores para continuarem investindo na qualidade dos seus produtos e gerando mais renda”, avaliou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, que representou o agronegócio junto com o cafeicultor, presidente do Sindicato Rural de Centenário do Sul e da Comissão de Cafeicultura da FAEP, Walter Ferreira Lima (Waltinho).

CAFEICULTORES PREMIADOS POR CATEGORIA

Natural

- 1º Egon P. Bertolaccini – S. Jerônimo da Serra
- 2º Luiz André Boraneli – Curiúva
- 3º Lúcia de Moraes Santos – Grandes Rios
- 4º José Carlos Rosseto – Mandaguari
- 5º Edson Lopes – Mandaguari

Familiar

- 1º Nilson Quintino da Silva – Japira
- 2º Mário Alex dos Santos – Grandes Rios
- 3º Zildo Arantes Tomaz – S. Antonio da Platina
- 4º Fabiano Ricardo Cedran – Mandaguari
- 5º José Aparecido Sanches – Terra Boa

Cereja Descascado

- 1º Ossi Cruz de Oliveira Lima – Japira
- 2º Rodrigo Otávio Oliveira da Luz – Carlópolis
- 3º Antonio Olímpio Lirango – Cornélio Procópio
- 4º Osvaldo Garcia – Cornélio Procópio
- 5º Luiz Fernando de A. Leite – Nova Fátima

“Porto no Campo” em Cascavel



No último dia 6, os produtores rurais e empresários de Cascavel e região conheceram os projetos de melhoria e expansão dos portos paranaenses. O encontro realizado na Associação Comercial e Industrial de Cascavel foi organizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) com apoio do Sindicato Rural de Cascavel e da FAEP.

Este foi o segundo encontro entre o setor produtivo e a administração portuária dentro do projeto “Porto no Campo”. O primeiro ocorreu em Maringá e a meta repetir o evento nas cidades de Campo Mourão, Toledo, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco e Londrina.

Viapar na FAEP

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, recebeu a visita do diretor da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) no Paraná e Santa Catarina, João Chiminazzo, e do presidente da Viapar, Marcelo Stachow Machado, no último dia 4. No encontro, os executivos fizeram um relato sobre várias questões relacionadas ao pedágio nas rodovias do estado, tema que preocupa a FAEP diante dos custos que recaem sobre os produtores rurais.



‘Sustentabilidade ambiental na produção agrícola’

O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, representou a instituição na audiência pública sobre Mudanças Climáticas realizada na segunda-feira (03/06), no plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná. O encontro foi presidido pelo deputado estadual Rasca Rodrigues onde o tema foi “A sustentabilidade ambiental na produção agrícola”.

O evento é promovido em todo o país pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e tem como objetivo monitorar, fiscalizar e acompanhar as políticas públicas no setor no Brasil.



Fórum de logística em Maringá

A segunda edição do Fórum de Logística Agroindustrial do Estado do Paraná aconteceu no último dia 5, em Maringá. O evento, promovido pela FAEP e Alcopar, com apoio da Ocepar, foi destinado aos profissionais de logística das empresas, indústrias e cooperativas do agronegócio. Os participantes debateram os gargalos logísticos do Paraná e tiveram a oportunidade de assistir apresentações sobre a experiência de embarcadores no transporte com o modal ferroviário.

As palestras tiveram a coordenação de Priscilla Biancarelle Nunes e Augusto Hauber Gameiro, do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG) da USP, que realizaram um treinamento sobre transporte ferroviário e também debateram a atualização dos dados do projeto Jamaica para o ano de

2012. O objetivo do fórum, que faz um levantamento de dados desde 2010, é analisar as tarifas ferroviárias e rodoviárias do Paraná para diversos produtos do agronegócio. Os novos resultados serão divulgados no próximo Boletim Informativo da FAEP.

SÃO JOÃO DO IVAÍ



Conservas, molhos e temperos

Desenvolver produtos baseados nos métodos de conservação de alimentos aplicando técnicas e boas práticas de higiene. Esse é o objetivo do curso de Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas, molhos e temperos que foi oferecido pelo Sindicato Rural de São João do Ivai. O curso aconteceu nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2013, contando com a presença de 10 produtoras rurais e ministrado pela instrutora Ivete Doneda.

CASCAVEL



JAA

No dia 15 de abril, na Agrotec, em Cascavel, começaram as aulas para mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). O curso está sendo realizado pelo Sindicato Rural de Cascavel, em parceria com os Colégios Estaduais do Campo São João e Octávio Tozo. Participam do curso, que se estenderá até julho, filhos de agricultores com idade entre 14 a 17 anos, tendo como instrutora Giani Dranka Mori. O objetivo desta iniciativa é ampliar o horizonte dos jovens agricultores, mostrando que a área rural é uma importante opção profissional para esses jovens.

PALOTINA



Agrinho

O Sindicato Rural de Palotina organizou para os professores participantes do Programa Agrinho 2013 palestra de capacitação, no dia 26 de abril, para duas turmas – uma pela manhã e outra à tarde, totalizando 80 professores. A ação foi uma parceria entre a Secretaria de Educação de Palotina e o sindicato rural do município.

AMPÉRE



Agrinho

Agrinho, Aninha e Nando, o trio de personagens que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino nas redes públicas e particulares e participam do Programa Agrinho, estiveram no município de Ampére. O Sindicato Rural de Ampére recebeu os personagens do Agrinho durante a Feira do Livro, realizada no período de 28 de abril a 3 de maio. Todas as 17 escolas das redes municipal e estadual participaram do evento.

IMBITUVA



Mulher Atual

A Regional do SENAR- PR de Irati organizou a primeira turma do Programa Mulher Atual de Imituva. As participantes identificaram na comunidade de São Miguel uma família que vive abaixo da linha de pobreza e decidiram realizar o projeto de Ação Social em prol da família. As alunas buscaram apoio de outros moradores e conseguiram roupas, calçados, produtos de higiene pessoal, alimentos, material de construção e mão de obra (cedida pela prefeitura) para a construção de uma nova casa para a família. A instrutora do grupo foi Debora Ferreira Siqueira e o curso aconteceu entre os meses de março a maio.

SÃO TOMÉ



Agrinho

O Sindicato Rural de São Tomé entregou o material do Programa Agrinho 2013 à secretária municipal da Educação Marcia Manzotti, à diretora da Escola Municipal 25 de Julho, Maria Avelino, e à pedagoga Angélica Nichele, da Escola Renascer – APAE. O material será utilizado pelos professores e alunos no desenvolvimento do programa pelas escolas participantes. O repasse foi feito pelo tesoureiro do sindicato Sidney Salomão Menguetti e a secretária Aline Brugnari.

TIBAGI



Plantas medicinais

O Sindicato Rural de Tibagi promoveu o curso de Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares realizado nos dias 14,15 e 16 de maio. Participaram do curso, que tem o objetivo de ensinar o cultivo das plantas medicinais, aromáticas e condimentares utilizando as boas práticas agrícolas, seis produtores e trabalhadores rurais. A instrutora do grupo foi Vivieny Nogueira Visbiski.

SANTA ISABEL DO IVAÍ



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Santa Isabel do Ivaí, em parceria com o SENAR-PR, a prefeitura e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do mesmo município, ofereceram o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrosilvopastoris Inclusão Digital – nível básico – 16h. O curso oferece conhecimento ao produtor para que ele utilize o computador, acesse a internet e busque informações para obter melhores resultados na gestão de seus negócios. As aulas aconteceram no período de 8 a 15 de maio e contou com a participação de 14 alunos. O instrutor do grupo foi Clovis Palozzi.

Diferença

O apresuntado é uma espécie de presunto de segunda: tem menos carne e mais gordura. Os dois são fabricados com carne de porco, mas as regras do Ministério da Agricultura que regulam a fabricação de frios são bem mais rígidas para o presunto do que para o apresuntado



191 países

Para a ONU existem 191 países. Mas há algumas ausências nessa lista como Taiwan, cuja independência não é reconhecida pela China. E o Vaticano, que, apesar de ficar de fora do cadastro da ONU, é “observador permanente” da entidade, status que dá direito a voto nas conferências. Além desses dois, a ONU não contabiliza possessões e territórios. A Groenlândia, por exemplo, fica de fora porque é território da Dinamarca. Para ganhar a carteirinha de sócio, o país deve ter fronteiras definidas, sustentação econômica e soberania nacional.

Vida difícil



O Afeganistão, onde os americanos continuam enrascados, é um país sem saída para o mar no centro da Ásia. Desde o final dos anos 1970, o Afeganistão vem sofren-

do uma guerra civil contínua e brutal, que incluiu intervenções estrangeiras como a invasão soviética de 1979 e a recente ação chefiada pelos EUA que derrubou o regime dos talibãs. Extremamente pobre, depende principalmente da papoula, matéria-prima do ópio e da criação de gado. É o maior produtor mundial de ópio. De 80 a 90% da heroína consumida na Europa provém de ópio produzido lá.

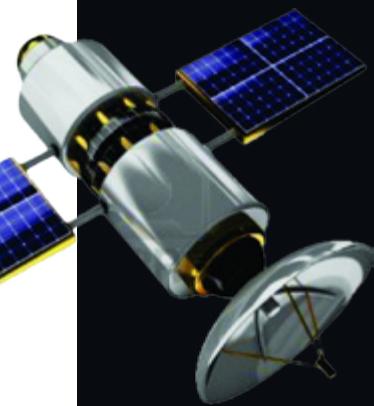
Truco!

Diante da falta de moedas, em 1685 a Nova França, área colonizada pelos franceses na América, e que posteriormente tornou-se o Canadá, passou a usar cartas de baralho como dinheiro. Eram cartas de baralho normais, com o valor em dinheiro escrito em sua parte traseira. As cartas foram colocadas fora de circulação três meses depois, porque era um autêntico mico.



Diversidade é isso aí

Existem na Amazônia cerca de 5.000 espécies de árvores (maiores que 15 cm de diâmetro). Na xiloteca do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) existem 10.200 exsicatas (amostra de planta prensada e secada) referentes a quase 3.500 espécies. Na América do Norte existem cerca de 650 espécies de árvores. A diversidade de árvores na Amazônia varia entre 40 a 300 espécies diferentes por hectare, sendo que na América do Norte é de 4 a 25; Das 250.000 espécies de plantas superiores da terra, 170.000 (68%) vivem exclusivamente nos trópicos, sendo 90.000 na América do sul.



Lixo espacial

Os 5.000 lançamentos espaciais bem sucedidos desde o início da corrida espacial também provocaram a existência de muito lixo – restos de foguetes satélites e até ferramentas de astronautas que vagam pelo espaço. Dois em cada três satélites concentram-se na órbita da Terra, que vai até 2.000 quilômetros de altitude, e a maioria deles está sobre os polos terrestres.



Fumacê

A Declaração de Independência dos Estados Unidos foi rascunhada por Thomas Jefferson em um papel feito de maconha. Antes da Revolução Industrial, a fibra de maconha era muito popular por ser muito forte e crescer rapidamente. Um terreno plantado com maconha produz 250% mais que um com a mesma quantidade de algodão ou 600% mais que a mesma área plantada com linho. Era tão comum sua utilização para fazer lona que o nome em inglês para o material, canivass, deriva de cannabis.



Nas costas

Essa foto, de 1958, foi publicada no jornal inglês Daily Mail e os soldados receberam uma homenagem da “Sociedade Americana para a Luta Contra a Crueldade Animal” e da “Real Sociedade para a Proteção dos Animais” (RSPCA), em Londres, pelo feito realizado. Trata-se de um soldado da legião francesa na Argélia, provavelmente durante a Guerra de Independência (1954-1962). A Legião Estrangeira encontrou o filhote de burro abandonado e morrendo de fome, resgataram e o animal recebeu o nome de Bambi, tornando-se mascote do regimento.



Um século

Tartarugas marinhas podem pesar até 900 quilos e acredita-se que atinjam cerca de 100 anos de idade. A época da desova é regida principalmente pela temperatura, ocorrendo nos períodos mais quentes do ano. No litoral brasileiro, acontece entre setembro a abril, com variação entre as espécies. Segundo o Tamar, o projeto de proteção às tartarugas, quando atingem a maturidade sexual, elas sabem o momento e o local de se reunir para a reprodução. Nessa época, realizam viagens transoceânicas para voltar às praias onde nasceram e desovar.



O BOLETIM ESCOLAR

Uma garota tinha que entregar o boletim escolar dela para os seus pais. E as notas ali não eram as notas do sonho de nenhuma mãe muito menos de nenhum pai. Ela usou a criatividade para contar essa maravilhosa notícia endereçando uma carta aos pais.

– Oi papai! Oi mamãe! É com o coração partido, mas muito feliz da vida, que eu digo para vocês que eu saí fora com o Dudu... Ele é o homem da minha vida e é tudo de bom!

Estou absolutamente fascinada com as suas tatuagens, com aquele cabelo moicano, com aqueles ferros e piercings que ele coloca naquele corpinho maravilhoso. Entretanto, tenho que lhes contar que não é só isso. O Douglas, aquele menino que vocês não gostam dele de jeito nenhum, ele está com a gente.

Portanto não se preocupem comigo. Já tenho 15 anos e sei muito bem me virar sozinha, tá?! Com amor e carinho da sua querida filhinha.

Ps.: Ah! pai, mãe, isso é só uma brincadeirinha, viu?! Estou na casa da Mariana e só queria mostrar para vocês que há coisas bem piores na vida que estas notas que estão aí no boletim. Não se estressem, Ok? No ano que vem eu me recupero. Beijinhos!

Resposta do pai:

Querida filhinha,

Quando a sua mãe leu a sua carinhosa cartinha, ela passou muito mal e foi parar no pronto socorro. Imediatamente você foi retirada do nosso testamento e sua parte da herança será do seu irmão.

Todas as coisas do seu quarto foram doadas para o pessoal do orfanato, cancelamos o seu celular e o seu cartão de crédito. Todos os seus Cd's do NX0, do Justin Bieber, do Restart, do Cine, do Jonas Brothers, do Fiuk e do Luan Santana, nós doamos para a Karina do segundo andar, aquela mesma garota que você acha insuportável. Lembra, ela é aquela garota superlegal que no ano passado roubou o Rafinha, aquele seu namorado gatinho que até hoje você não esquece.

Podem ir arrumando um bom emprego porque dinheiro daqui de casa nem em sonho, viu?! Enfim, espero que você seja muito feliz na sua nova vida.

Ps.: Filha querida, claro que tudo isso não passa de uma brincadeirinha da nossa parte. A sua mãe está aqui comigo assistindo “Eu, a Patroa e as Crianças” e tudo está bem. Só queríamos lhe mostrar que há coisa bem piores do que passar as próximas cinco semanas sem sair de casa, sem celular, sem Internet, sem vídeo game, sem televisão e, principalmente, sem ir à casa da Camila. Tudo isso por causa dessas notas ridículas e dessa brincadeira idiota que você fez com agente.

Crônica de Edilson Rodrigues Silva



Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br